



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

A questão urbana em Junho de 2013: “direito à cidade” e confronto político

Chrystian Wilson Pereira¹

Resumo: Em Junho de 2013, protestos populares persistentes eclodiram em centenas de cidades brasileiras – algo até então inédito no século XXI no Brasil. Com uma diversidade de ideários, da esquerda à direita, ocorreu a inédita utilização do ciberespaço para convocar e amplificar manifestações de rua. Utilizando-se de ferramentas das Teorias do Confronto Político, investiga-se como demandas compartilhadas por manifestantes de várias cidades inflamaram um transbordamento de insatisfações às ruas naquele ano, retomando forte confronto político em âmbito nacional após um período de relativa baixa mobilização popular desde os anos 1990. Embora as revoltas de 2013 tenham resultado em um mosaico heterogêneo de ideários, defende-se que a questão urbana e insatisfações resultantes das contradições do desenvolvimento brasileiro criaram janelas de oportunidade política significativas para o confronto político fora das esferas institucionais naquele ano, com especial destaque a uma gramática de mobilização em torno do “direito à cidade”.

Palavras-chave: Junho de 2013; Confronto político; Direito à cidade; Movimentos sociais; Democracia brasileira.

The Urban Issue in June 2013: "Right to the City" and Political Confrontation

Abstract: In June 2013, persistent popular protests erupted in hundreds of Brazilian cities – something unprecedented in the 21st century in Brazil. With a diversity of ideologies, from left to right, there was the unprecedented use of cyberspace to convene and amplify street demonstrations. Using tools from Political Conflict Theories, it investigates how demands shared by protesters from various cities fueled an overflow of dissatisfaction onto the streets that year, reigniting strong political confrontation on a national level after a period of relatively low popular mobilization since the 1990s. Although the 2013 uprisings resulted in a heterogeneous mosaic of ideologies, it is argued that urban issues and dissatisfactions resulting from the contradictions of Brazilian development created significant political opportunity windows for political confrontation outside institutional spheres that year, with particular emphasis on a mobilization grammar centered around the "right to the city."

Keywords: June 2013; Political confrontation; Right to the city; Social movements; Brazilian democracy.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

La cuestión urbana en junio de 2013: “derecho a la ciudad” y confrontación política

Resumen: En junio de 2013, estallaron persistentes protestas populares en cientos de ciudades brasileñas, algo hasta entonces inédito en el siglo XXI en Brasil. Con una diversidad de idearios, de izquierda a derecha, se produjo la inédita utilización del ciberespacio para convocar y amplificar manifestaciones en las calles. Utilizando herramientas de las Teorías del Conflicto Político, se investiga cómo las demandas compartidas por manifestantes de varias ciudades inflaron un desbordamiento de insatisfacciones en las calles aquel año, retomando un fuerte enfrentamiento político a nivel nacional tras un período de relativa baja movilización popular desde los años 1990. Aunque las revueltas de 2013 resultaron en un mosaico heterogéneo de idearios, se sostiene que la cuestión urbana y las insatisfacciones resultantes de las contradicciones del desarrollo brasileño crearon ventanas de oportunidad política significativas para el enfrentamiento político fuera de las esferas institucionales aquel año, con especial énfasis en una gramática de movilización en torno al "derecho a la ciudad".

Palabras clave: Junio de 2013; Confrontación política; Derecho a la ciudad; Movimientos sociales; Democracia brasileña.

Introdução

Em um cenário de levante popular com dimensões nacionais, que o país não assistia há pelo menos duas décadas, vozes, corpos, cartazes e bandeiras de indignados irromperam por ruas de todo o Brasil em Junho de 2013, avolumando protestos em São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Florianópolis, Belém e outras tantas cidades do país. Em vários dos dias daquele mês, observaram-se paisagens de uma “guerra urbana”: chamuscas e barricadas improvisadas evidenciavam confrontos violentos entre manifestantes e forças policiais. Tratava-se de protestos que remetiam, em especial em seus primeiros dias, a questões conhecidas pelos brasileiros: a vida difícil nas cidades. Especialmente para as populações mais subalternizadas nos grandes espaços geográficos urbanos, que padecem historicamente de transporte público caro e por vezes pouco acessível, moradias precárias e poucos espaços de lazer, além da falta ou insuficiência de outros direitos sociais previstos constitucionalmente no Brasil desde os anos 1980.

Testemunharam-se embates entre linguagens verbais e a visualidades, manifestados em cartazes, slogans, gritos, símbolos e desenhos que tanto denunciavam quanto propunham

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

transformações na sociedade brasileira e no panorama político nacional. As redes cibernéticas assumiram um papel inédito e monumental na convocação dos protestos, desafiando a preponderância da grande mídia tradicional. Esta, inicialmente, adotou uma postura de criminalização dos movimentos, porém, em um giro narrativo surpreendente, acabou por endossar certas insatisfações e tentar influenciá-las. Os ativistas, muitos dos quais não se vinculavam às estruturas políticas e sociais tradicionais do século XX, emergiram em massa nas ruas, trazendo consigo também símbolos e demandas por ordem e segurança, que historicamente remetem a ideais das direitas políticas, até então pouco expressas ou veladas em manifestações populares pós-1964.

Junho se revelou um fenômeno polissêmico, resistente a qualquer tentativa de ser aprisionado em uma narrativa linear. Contudo, é inegável que sua eclosão está profundamente relacionada a questões urbanas e às contradições do desenvolvimento brasileiro. Significativos repertórios de ação coletiva, insatisfações e estratégias de posicionamento político e simbólico naquele momento ecoaram períodos anteriores a 2013, resgatando resíduos significativos da sonhada (ou temida) Reforma Urbana. Este artigo investiga como a questão do “direito à cidade” inflamou um transbordamento de insatisfações com dimensões nacionais às ruas, iniciando rebeliões que explicitaram fortes confrontos políticos na arena urbana. Para David Harvey^{II}, o direito da cidade extrapola a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: “é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade, “direito comum antes de individual já que esta transformação depende do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização”.

Adotando a abordagem teórica de análise dos "repertórios de ação coletiva", desenvolvida por cientistas políticos como Charles Tilly e Sidney Tarrow, dentro do campo das Teorias do Confronto Político, este artigo visa explorar os padrões de ação coletiva que emergem em momentos específicos e ciclos de luta social, reconhecendo o conflito político como um elemento moldador da vida social. Tais conflitos surgem em janelas de oportunidade historicamente situadas, apoiadas por estruturas de mobilização disponíveis. Para isto, recorre a três grupos de fontes que possibilitam perceber elementos simbólicos, narrativos e ideológicos lançados por repertórios de ação coletiva dos manifestantes: materiais produzidos pelos

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

próprios coletivos e movimentos sociais em seus *blogs* e páginas digitais; fotografias do acervo Grafias de Junho que possibilitam um acesso aos slogans e palavras de ordem mais recorrentes; e a cobertura de setores nas grandes mídias tradicionais na época.

A emergência de uma rebelião urbana: indícios de esgotamento(s)?

[Folha de São Paulo]: O senhor diz que esses novos movimentos, nascidos na Internet, estão recriando a democracia. Mas no Brasil não é incomum que protestos organizados por dezenas de milhares no Facebook não cheguem a reunir centenas de pessoas na rua. Esses movimentos têm mesmo toda a capacidade? [Manuel Castells] Isso depende das condições de cada país. Na Espanha, chegaram a ser centenas de milhares. Nos Estados Unidos, aconteceram ocupações urbanas em mil cidades. Na Itália, saiu daí o movimento Cinco Estrelas, o partido mais votado (nas eleições parlamentares deste ano). No Chile, os estudantes mudaram o panorama do país. Mas é claro que não basta um manifesto no Facebook para mobilizar milhares de pessoas. Isso depende do nível de descontentamento popular e da capacidade de mobilização de imagens e palavras. A internet é uma condição necessária mas não suficiente para que existam movimentos sociais^{III}.

Na entrevista concedida à Folha de São Paulo em 3 de junho de 2013, o renomado sociólogo Manuel Castells foi indagado sobre "novos movimentos sociais" que aconteciam à época em vários espaços do globo, especialmente organizados em redes cibernética. Estes, contudo, ainda não haviam conseguido reunir grandes multidões nas ruas no Brasil. Castells, reconhecido por suas análises sobre os impactos das transformações comunicacionais contemporâneas, destacou que para essas mobilizações ganharem força nas ruas era necessário que as pessoas estivessem receptivas a mensagens de insatisfação veiculada nas redes. Dias após a entrevista, o país começou a testemunhar uma reviravolta espetacular, com um ciclo extraordinário de rebelião popular que se tornaria um dos maiores da História da República, quebrando um período de baixas mobilizações de rua que marcaram os anos 1990 e 2000.

Esse novo fenômeno tecnológico e ativista, embora compartilhasse características com movimentos observados em outros países como Estados Unidos, Espanha, Egito, Líbia e Turquia, adquiria nuances próprias na versão brasileira. Mas, afinal, o que despertaria o “nível de descontentamento” do brasileiro a ponto de canalizar-se em movimentos que conectavam redes digitais e ruas? Defende-se aqui, que o estopim desta canalização travou-se em torno da

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

chamada “questão urbana”^{IV}, em uma complexa situação que remonta ao desigual, desordenado e mal planejado crescimento urbano no Brasil: grandes e médias cidades convivendo simultaneamente com a dificuldade da mobilidade urbana (especialmente para populações periféricas), a explosão imobiliária e densidade demográfica incontroláveis, a falta de infraestrutura em determinadas regiões das cidades, carência de serviços públicos, grandes distâncias dos trabalhadores em relação aos seus locais de trabalho e, especialmente, o “transporte coletivo indecente, indigno e mortífero”^V. Não é possível ignorar também transformações tecnológicas e societárias, de nível global. Em 2013, o Brasil já era lar de uma considerável população de “nativos digitais”^{VI}, e a expansão da internet no país coincidia com um aumento da renda, acesso ao crédito e consumo de bens e serviços, criando um público com potência para engajamento pela *web*.

Pequenas manifestações despontaram, no mesmo dia da entrevista de Castells, antecedendo o primeiro grande ato convocado pelo Movimento Passe Livre em 6 de junho. O Movimento Passe Livre (MPL) é uma organização social que defende historicamente o acesso gratuito ao transporte público como um direito fundamental dos moradores das cidades. Organizado inicialmente em 2005, em São Paulo, após atos importantes em Salvador e Florianópolis em 2003, expandindo-se para outras áreas do país nos anos seguintes, o MPL dava uma resposta em 2013 ao aumento recente das tarifas de ônibus no cenário paulistano. Em Junho daquele ano, o coletivo desempenhou um papel central nos protestos que eclodiram em todo o Brasil. No início do mês, em São Paulo, organizou uma série de manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem na cidade. Esses protestos ganharam rápida adesão e apoio popular, resultando em confrontos com a polícia e a mobilização de milhares de pessoas nas ruas.

A pauta já do dia 3 de junho, segundo líderes do coletivo^{VII}, era a luta contra o aumento de 20 centavos nas tarifas de transporte público em São Paulo, denunciando não apenas a precariedade do serviço, mas também as consequências nefastas dos congestionamentos para os mais pobres, que eram obrigados a percorrer longas distâncias a pé devido à falta de transporte adequado, como noticiado na página do próprio movimento. Os manifestantes mobilizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) engajaram-se, inicialmente, em um debate

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

sobre um aparentemente modesto aumento nas tarifas de transporte em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Isto transcendia a mera questão tarifária, vislumbrando a possibilidade de edificar um novo paradigma de transporte, fundamentado na efetiva democratização do espaço urbano. Em essência, almejavam facilitar o acesso aos diversos locais da cidade, especialmente para as populações socioeconomicamente vulneráveis, que enfrentavam longas jornadas de deslocamento devido à sua localização periférica. Esse acesso era considerado condição indispensável para assegurar o usufruto pleno de outros serviços e direitos urbanos.

O Movimento Passe Livre não direcionava suas críticas específica e unicamente ao governo federal ou às gestões municipais, mas sim e também a um modelo de Estado e de financiamento privado do transporte que, segundo os ativistas, não garantiria aos cidadãos uma participação efetiva na cidade, bem como o acesso a seus recursos e riquezas. Ermínia Maricato (2013), no calor das manifestações, salientava, já à época, que os espaços nas cidades brasileiras refletiam uma estratificação de classes e uma especulação imobiliária que se traduziam um "assalto ao orçamento público". A análise da autora ressaltava que melhorias nas condições de vida, especialmente em grandes cidades, não se limitavam apenas a aumentos salariais e redistribuição de renda. A qualidade de vida também dependia de políticas públicas urbanas que transformassem essas cidades em espaços de bem-estar, considerando aspectos como saúde, iluminação, segurança, moradia, saneamento, lazer e, como era de se esperar, o transporte. O que estava em jogo, como virou um lema símbolo dos movimentos, era bem mais do que 20 centavos, mas “um meio para a construção de uma outra sociedade”^{VIII} – como mostra a Carta de Princípios do MPL construída em 2005.

No início de Junho de 2013, grande parte da grande mídia insistia em destacar um aspecto singular dos protestos: os atos designados como "vandalismo", marcados por confrontos, incêndios e "depredações do patrimônio" protagonizados por alguns manifestantes. Uma notícia do portal G1^{IX}, datada do sexto dia daquele mês, ressaltava que o protesto contra o aumento da tarifa de ônibus em Goiânia havia "interditado avenidas" na cidade, resultando em pneus queimados, bombas caseiras lançadas e invasão de plataformas. A narrativa era permeada por uma desaprovação ideológica, onde a (suposta) violência de alguns manifestantes era generalizada e dissociada de uma possível compreensão das motivações para os repertórios

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

de ação coletiva utilizados pelos ocupantes do espaço urbano. O jornal O Globo descrevia^X que “reajustes de ônibus provocaram tumulto em quatro capitais”. As narrativas publicadas reproduziam traço antigo da República Brasileira: tratar reivindicações populares como “caso de polícia” ou como reações violentas e ilegais perante o aparato de Justiça e repressão do Estado^{XI}. Ainda assim, o anseio que havia despertado estas manifestações não pararia de crescer em todos os cantos do país, contrariando um olhar distanciado, de repúdio e até mesmo de criminalização dos movimentos por parte da grande mídia. Um maior acesso da população a narrativas da web, fora do circuito das mídias mais tradicionais, certamente contribuiu para a divulgação e mobilização dos movimentos. Era pela *web*, direta ou indiretamente, que importantes informações sobre os atos, como aquelas divulgadas nas páginas do MPL e replicadas em redes sociais como Twitter e Facebook.

Um levantamento da consultoria “Serasa Experian”, divulgado no jornal Valor Econômico e na página da BBC Brasil^{XII}, apontou que o *Facebook* teve uma taxa de participação (considerada a partir de perfis de usuários com atividade) de 70% dos brasileiros com presença no site no dia 13 de junho em 2013. Já o *Twitter* teria contabilizado cerca de 11 milhões de tweets com a palavra “Brasil” e 2 milhões mencionando “protesto” entre os dias 06 e 26 de junho.

Considerando os avanços conquistados em várias cidades do país, o Movimento Passe Livre convocou seus seguidores através de sua página e de um evento no Facebook, reiterando a retórica do “direito à cidade” para um evento em 11 de junho. Embora a luta inicial estivesse centrada na revogação do aumento das tarifas de transporte, o MPL foi além, criticando profundamente a própria concepção de cobrança pelo uso de um serviço que consideravam favorecer exclusivamente o “grande capital”. Essa crítica estendeu-se ao que percebiam como um “sequestro” do orçamento estatal por obras que não beneficiavam a maioria trabalhadora, que dependia dos transportes públicos. No entanto, a questão das tarifas de transporte público revelou-se ainda mais complexa do que inicialmente se imaginava.

A problemática das tarifas de transporte público, geralmente de jurisdição municipal, também se tornava uma questão nacional/federal devido ao seu vínculo com um projeto nacional de crescimento e à prioridade da gestão macroeconômica brasileira, especialmente no

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

que diz respeito ao controle da inflação. Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, chegou a afirmar que, naquele momento, "já lutava contra o repique da inflação"^{XIII}. O político do Partido dos Trabalhadores relatou, anos depois, que estava ciente do desafio de ser pressionado para manter o preço da tarifa municipal congelado por dois anos, conter a alta dos preços e, ao mesmo tempo, manter o orçamento público sob controle. O chamado "fantasma da inflação" era de extrema importância em um país onde durante décadas foi o "mecanismo mais visível das desigualdades"^{XIV}. Desde os anos 1990, as medidas de estabilidade monetária, recuperação do poder de compra e redistribuição de renda resultaram em avanços sociais tangíveis, gerando um aumento do otimismo em relação ao país e índices econômicos bastante positivos. No entanto, esses avanços foram insuficientes para resolver os graves problemas de um país conhecido por ser um campeão da concentração de renda, conforme observado na estratificação do espaço urbano.

Seria a questão dos transportes públicos, geralmente caros e de qualidade inadequada, uma manifestação das contradições do desenvolvimento desigual do Brasil; uma metáfora de que o "paraíso" não se mede apenas pelo aumento do consumo e pela redução da pobreza? A vida nas grandes cidades, em suas condições historicamente mais precárias (habitação, transporte, creches e escolas), melhorava na mesma proporção que as oportunidades de crédito, consumo e emprego aumentavam? Tudo indica que não. A questão urbana permanecia latente, apesar das melhorias contínuas nos indicadores socioeconômicos e de renda.

“Quem transita pelo Centro não precisa andar muito para ver os atos de vandalismo”, bradava o portal G1, das Organizações Globo, ao anunciar o resultado das manifestações na cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de junho. A antiga capital do Brasil teria amanhecido com diversas “pichações” que questionavam o aumento da tarifa dos ônibus municipais (esta havia passado de R\$2,75 para R\$2,95 no início de junho). Policiais prenderam, também, manifestantes na avenida Paulista, no centro de São Paulo, na noite do dia 11 de junho – inclusive Leandro Moraes (fotojornalista do UOL) e Leandro Machado (repórter da Folha de São Paulo), acusados de “atrapalhar a ação da Polícia Militar”. Na Região Metropolitana de Goiânia, a Justiça revogou no dia 10 de junho o aumento das tarifas, o que foi comemorado por membros de uma Frente de Luta contra o Aumento. Mesmo com um cenário perigoso, de

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

conflitos com a Polícia Militar e detenções de manifestantes e jornalistas, o avanço do movimento era nítido.

Um discurso do jornalista Arnaldo Jabor^{XV} para o Jornal da Globo no dia 12 de junho de 2013 teve intensa repercussão, sendo muito representativo em relação a “batalha de sentidos” pela legitimidade do crescente movimento popular naquele momento. Para Jabor, os manifestantes viviam “no passado de uma ilusão”, sendo a “caricatura violenta de um socialismo dos anos 1950 que a velha esquerda ainda defende”. Jabor questionava o que provocava um “ódio tão violento contra a cidade”, e taxava os manifestantes de serem jovens indignados de uma classe média mimada que não valia “nem 20 centavos”. O comentário de Jabor, como é sabido, “viralizou” na época.

Manifestantes no dia 13 já expressavam uma consciência de que a “luta das passagens” estava se nacionalizando, o que é confirmado por alguns dos cartazes no Rio de Janeiro que pronunciavam: “A luta das passagens já nacionalizou”. O prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) afirmava, a esta altura, que, apesar dos protestos, a passagem seria mantida. O prefeito petista manifestou, perplexo, ainda no dia 13: “Não vejo coordenação nesse movimento. Eles próprios dizem: não se coordenam, não há lideranças, não há responsáveis. Ninguém se apresenta como responsável pelo que está acontecendo”^{XVI}. A declaração do então prefeito é representativa de que o poder público e a grande mídia continuavam, de certo modo, revestidos contra a pressão que vinha das ruas.

Inesperadamente, uma revolta em torno da Cidade

A compreensão das atitudes de estranheza diante do início das manifestações de Junho pode ser elucidada ao considerarmos o contexto político e social do período. Luís Felipe Miguel^{XVII} observou que os dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil foram caracterizados por um enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais, resultante de políticas de cooptação de lideranças, limitação de suas agendas e supressão de suas demandas. Em meados de Junho de 2013, tornaram-se evidentes as fragilidades de um modelo político conciliatório que priorizava políticas sociais e de redistribuição de renda em detrimento da qualidade dos serviços públicos, relegando esta última preocupação a um plano secundário.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

Com as demandas dos movimentos sociais mais "tradicionais" esvaziadas e um sistema representativo ainda pouco receptivo às demandas populares, a insatisfação encontrou outros canais para se manifestar. Isso sugere que os anos de "avanços graduais sem confronto político"^{XVIII} da década de 2000 estavam chegando ao fim, indicando uma possível mudança de paradigma político e social.

Marcelo Ridenti^{XIX} destacou, em retrospectiva a Junho, que os governos petistas optaram por políticas que minimizavam a resistência política, evitando confrontos diretos com o sistema, e se baseavam em amplo financiamento público e no fortalecimento do mercado interno. Essas políticas foram eficazes em elevar parte da população da miséria, promovendo ascensão social, ao mesmo tempo em que buscavam agradar as classes dominantes, que se beneficiavam do crescimento econômico. No entanto, argumenta Ridenti, em 2013 essa capacidade reformista atingiu seus limites, causando frustração, especialmente entre os setores médios da sociedade, devido a expectativas não cumpridas (como a representação, de que seus crescimentos de renda eram menores do que das classes mais baixas, ainda que muitas políticas os beneficiassem, como a expansão do Ensino Superior) e mudanças fundamentais no cenário cultural, como o aumento da escolaridade e a difusão da informática.

Bandeiras de membros de sindicatos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Sem-Terra (MST), do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como de coletivos como o Juntos! e o já citado MPL, associados a um ampliado campo das esquerdas brasileiras, apresentavam-se em meio às ruas, ocupando espaço junto a cartazes e outros manifestantes. Os registros imagéticos do acervo “Grafias de Junho” dos dias 11 e 12 demonstram, a exemplo, uma quantidade significativa de bandeiras vermelhas – tradicionalmente associadas ao imenso espectro de tradição socialista, muitos dos quais com inscrições como “esquerda marxista” ou críticas explícitas ao capitalismo, como demonstra algumas das imagens como a seguir, de um protesto de Belo Horizonte no dia 11 de junho no qual houve inúmeras demonstrações antissistêmicas, de cunho anarquista ou com outras simbologias anticapitalistas.

Imagem 1 – manifestações em Belo Horizonte, 11 de junho de 2013. Acervo: Grafias de Junho

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.



O século passado testemunhou uma busca incessante por alternativas ao sistema econômico predominante, sendo este um elemento crucial nos debates políticos, assumindo nuances dramáticas no Brasil devido à tendência histórica de desmobilização de grupos anticapitalistas e ao fracasso dos projetos políticos socialistas. A derrota da luta armada e da esquerda mais confrontadora no final da última Ditadura Militar no Brasil consolidou a dificuldade na construção de utopias alternativas socioeconômicas ao capitalismo, especialmente após o colapso do bloco soviético. O desencanto generalizado em relação às utopias comunistas mais radicais abriu espaço para a transformação ou adesão de setores outrora mais combativos em uma esquerda mais moderada, optando-se por uma ação política dentro do sistema, por meio da via parlamentar-institucional. Isso evitou confrontos diretos com o capital, como evidenciado nos governos liderados pelo PT e em outros exemplos na América Latina e no mundo pós-Muro de Berlim. No entanto, mesmo em uma sociedade onde os ideais mais coletivistas e anticapitalistas já eram minoritários em comparação com práticas que evidenciavam a uma compreensão de cidadania ao viés do consumo, observava-se uma proliferação de ativistas com dizeres antissistêmicos por todo o Brasil. Esses ativistas incorporam críticas às percepções individualizantes do campo dos direitos, resgatando ideários socialistas e anarquistas em suas manifestações.

Apesar da aparente falta de consistência ou impossibilidade política da ideia de "destruir" o sistema em um contexto de falência das utopias, esses indivíduos e coletivos expressavam aspirações de inclusão social por meio de repertórios de ação que incorporavam

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

velhas bandeiras, símbolos, críticas e demandas de esquerda em contextos de marcha, ocupações e protestos, demonstrando a necessidade, em seus pontos de vista, de um capitalismo ao menos mais humanizado. Suas críticas abordam a extensiva mercantilização da vida social, questionando a institucionalidade burguesa como insuficiente para garantir direitos sociais ao povo. A gramática teórica destes manifestantes, próxima do marxismo e por vezes do anarquismo, envolvia uma crítica às possibilidades efetivas de desenvolvimento urbano humanizado sem uma reestruturação da própria ordem capitalista brasileira marcada pela periferização. É crucial destacar que as camadas mais pobres da população enfrentavam sabidamente cenários que misturavam déficit habitacional, dificuldade de acessar os espaços urbanos, parca garantia de direitos sociais e crescente criminalização dos movimentos sociais que buscavam enfrentar essas questões.

A mídia corporativa e os diversos governos se viram na dificuldade de compreender os movimentos e, ainda mais, de responder a eles. No portal G1, ligado às mesmas Organizações Globo que pouquíssimos dias atrás tinham publicizado críticas ferrenhas aos “manifestantes que não valem nem 20 centavos” agora, já no título e subtítulo da manchete, ressaltavam: “Polícia Militar utiliza violência para reprimir protesto em São Paulo. A Tropa de Choque disparou bombas de gás, bombas de efeito moral e tiros de balas de borracha. Dezenas de pessoas ficaram feridas”^{XX}. Quase que acontecendo da noite para o dia, a transformação discursiva de grandes representantes da mídia nacional em relação aos movimentos era notável. Também no dia 14 de junho, o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fez uma declaração à imprensa em tom crítico aos “excessos” da PM, afirmando que a Secretaria de Segurança Pública abriu sindicância para investigar estas ações. Cardozo afirmou que os dois lados cometeram violências inaceitáveis, embora resguardasse o direito à manifestação como “incontestável” – desde que sem abusos. Tratava-se de um momento de diminuição drástica da legitimidade social da repressão, dadas as imagens veiculadas também em páginas da Internet que contribuía para dar aos eventos os ares de uma “guerra urbana” com forças nitidamente desproporcionais, considerando o Estado e manifestantes ainda não tão numerosos.

Aumenta a “guerra urbana”: a ampliação da questão urbana

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

Imagem 2 – Convocação da Página do Comitê Popular da Copa de São Paulo, 31 de maio de 2013^{XXI}



O aparecimento dos inconformados com a realização de megaeventos esportivos no Brasil também foi importante na trajetória daquelas manifestações populares. No dia 14 de junho, com as denúncias aos “excessos” autoritários da repressão militarizada aos manifestantes e a demonstração de “solidariedade” por parte da grande mídia e de ativistas que proliferariam nas ruas em protesto contra a violações à liberdade de expressão, os protestos ganharam apoio público de artistas, intelectuais e até da imprensa internacional, em pleno processo de expansão da revolta popular.

À pauta inicial, se somaram então “coletivos que resistiam aos impactos sociais e urbanos causados pelos megaeventos esportivos e os indignados contra a corrupção”^{XXII}. Como mostra o cartaz acima, na véspera da estreia da Copa das Confederações, manifestações seriam convocadas em várias cidades do país pela ANCOP – a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Graves violações aos direitos humanos em virtude das construções para a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Brasil já haviam sido inclusive denunciadas internacionalmente, inclusive na 22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2013, meses antes das manifestações, em Genebra (Suíça), pela representante Giselle Tanaka:

[...] A realização destes eventos esportivos no Brasil poderia ter criado a possibilidade de viabilizar significativos investimentos sociais e na infraestrutura do Brasil. Infelizmente, estes investimentos têm sido mal planejados, extremamente custosos e, em virtude das pressões da FIFA e do COI, resultado em enormes problemas para as comunidades locais. Na verdade, isto parece ser um tema comum relacionado aos megaeventos e megaprojetos: servir ao lucro de uns e causar prejuízo a milhões. Dentre outros problemas, não existe política pública para prevenir a exploração sexual

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

de mulheres e adolescentes, há aumento da restrição ao direito ao trabalho informal e de pequenos comerciantes, a criação de leis especiais que destroem direitos historicamente adquiridos pela população, a construção extremamente cara de estádios sem utilidade futura resultando em redução de investimento em áreas cruciais como saúde e educação. Tem sido noticiado que os dois eventos são responsáveis diretos pelas remoções forçadas ou ameaça de remoções de mais de 170 mil pessoas. [...] Trata-se de um êxodo forçado, de interesse da especulação imobiliária, que alcança proporções alarmantes em uma das cinco maiores populações do mundo^{XXIII}.

Observa-se que a base retórica adotada por estes ativistas estava, assim como aquela mobilizada pelo Movimento Passe Livre e seus apoiadores, centrada no "direito à moradia". Denunciavam-se os "êxodos forçados" de populações removidas de suas residências durante processos de deslocamento promovidos pelas grandes obras resultantes do consórcio entre o poder público e empreiteiras. Apontava-se o custo elevado de obras públicas consideradas dispendiosas e suspeitas, e destacavam condições de violações a trabalhadores e mulheres em situações de exploração sexual. Essa demanda revelava-se muito mais abrangente e substancial do que um genérico ataque à "corrupção", uma vez que expunha os problemas da questão urbana, supostamente cooptada pela especulação imobiliária e pela lógica da periferização e da guetificação.

A crítica dirigia-se à ideia de crescimento prometido com as melhorias na infraestrutura necessárias para os megaeventos, especialmente os jogos da Copa do Mundo de 2014, afetando as populações mais vulneráveis nas áreas próximas aos que seriam os 12 municípios-sede do evento. Isso teria resultado, na visão dos ativistas, em processos de gentrificação, higienização excludente dos espaços urbanos e deslocamentos forçados de moradores, além da destruição de residências. A pergunta recorrente "Copa pra quem?" uniria manifestantes em diversas cidades brasileiras a partir do dia 14 de junho.

As manifestações dos habitantes das periferias ecoavam o antigo dilema das "cidades muradas", reinventadas pelo processo de urbanização e suas morfologias desiguais, um fenômeno dramático no contexto brasileiro. É fundamental lembrar que o país recebeu cerca de 100 milhões de habitantes nas cidades em menos de meio século, dos anos 1960 até o início do século XXI, intensificando uma cidade "dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura, e a ilegal, pobre e precária, com pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer"^{XXIV}.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

O ativismo que denunciava a persistente hiperprecarização do espaço urbano, agravada pelas obras de megaeventos inacessíveis à maioria da população, revelava a continuidade de uma lógica colonial e especulativa que servia aos interesses das elites em detrimento de um planejamento urbano mais equitativo. Este padrão concentrava oportunidades em uma parcela restrita da cidade, enquanto relegava os mais desfavorecidos a terrenos mais baratos e periféricos, como evidenciado na construção de grandes e precários conjuntos habitacionais. Esta realidade não se limitava a uma ou outra cidade brasileira, explicando por que as demandas por moradia, transporte, direitos sociais e atenção do Estado ao espaço urbano emergiam em todo o país, com pautas de forte interseccionalidade e dimensão nacional.

Os atos convocados pelos Comitês Populares da Copa (ANCOP) haviam precedido as "jornadas" de 2013, estendendo-se desde 2010, embora sem a cobertura midiática e a publicidade que ganhariam a partir desse momento. Tratava-se de um coletivo com uma demanda de mobilização menos pronunciada em comparação com o Movimento Passe Livre, cuja história remontava a grandes manifestações vitoriosas em várias regiões já durante o primeiro governo de Lula. Deve-se considerar principalmente a capacidade de colocar em destaque demandas que agregam afetos e são capazes de agregar repertórios de confronto. A construção de estádios em cidades que enfrentavam um "inferno urbano"^{XXV} em um país que exportava a imagem de crescimento e otimismo conseguiu unir insatisfações para além das populações periféricas organizadas pela ANCOP. Essas manifestações, curiosamente, encapsularam demandas de várias camadas da sociedade, inclusive de classes médias já críticas aos gastos do Estado resultantes da tributação. As camadas médias também estariam às ruas nos próximos dias, solicitando por direitos sociais, ainda que sem o viés anticapitalista que muitos utilizaram principalmente no início do mês.

Os críticos à questão urbana e às obras públicas, abrangendo um espectro muito mais amplo do que os propostos pelos Comitês Populares da Copa e impulsionados pela efervescência do ativismo digital e pela faísca acesa pelo MPL, realizaram no dia 14 manifestações nas 12 cidades-sede dos jogos da Copa das Confederações (uma espécie de termômetro para a esperada Copa do Mundo), com destaque para Brasília. Além da denúncia das remoções de moradores devido às polêmicas obras para os megaeventos, questionou-se

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

também um determinado projeto de desenvolvimento do país, colocando em xeque todos os investimentos públicos e suas prioridades em um país muitas vezes acusado de não cumprir o básico de suas obrigações constitucionalmente previstas. Prato cheio para que outros coletivos, afinados a estes ideários e demandas, também fizessem sua estreia naqueles eventos.

No ensejo das manifestações ocorridas em Brasília no dia 14 de junho, além da presença expressiva de manifestantes advogando por demandas centradas nos Comitês Populares da Copa, destacou-se também a participação de membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST). Este último grupo já havia protagonizado ações que envolveram bloqueios de vias e estradas na capital no início do mesmo mês. Entretanto, naquele momento, as manifestações que já corriam o país em muitas cidades como Belo Horizonte e Maceió, além das já citadas, assumiram uma configuração abrangente, transformando-se rapidamente em uma intrincada rede de mobilizações que formulavam declarações solidárias aos ativistas os quais, em defesa da redução das tarifas, haviam enfrentado violentos confrontos com as forças policiais, sobretudo em São Paulo.

Bandeiras em vermelho e branco, para além das críticas dirigidas ao emprego de recursos públicos nos megaeventos esportivos, destacavam o lema "Na luta pela Reforma Urbana". O MTST, surgido em 1997, num contexto caracterizado simultaneamente pela adoção de políticas macroeconômicas liberais e pela promessa constitucional de instituição de uma Política Urbana no Brasil, congrega em sua base social a população economicamente desfavorecida das periferias das grandes e médias cidades. Esta mesma camada social, de forma evidente, é historicamente a mais impactada pelos desafios econômicos relacionados ao transporte público. Desde sua concepção, o movimento se configura como tributário de um "horizonte de expectativas"^{XXVI} há muito estabelecido para uma Reforma Urbana, representando, portanto, uma expressão de denúncia da questão habitacional com nuances de uma gramática ideológica de luta de classes. Isso se evidencia nas ocupações e em outros repertórios de ação coletiva que se caracterizam pelo confronto direto, sendo constantemente objeto de críticas por seus opositores, que os acusavam de obstruir vias públicas e violar a propriedade privada. As denúncias realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-teto tratavam frequentemente de uma visão amplificada do *déficit* habitacional brasileiro, como fica

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

evidente em uma espécie de manifesto, então ainda muito recente, de Guilherme Boulos, um de seus principais líderes, publicado em 2012:

A falta de moradia é um dos problemas mais sérios do país. O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de outros como Índia e África do sul. Existem dois modos de definição deste déficit: o quantitativo (número de famílias que não têm casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada). Estes dois dados juntos formam o quadro do problema habitacional brasileiro. Os sem-teto são mais de 10% da população do país, [...] a maioria não estando em situação de rua e trabalhadores na informalidade e sem direitos assegurados. Um estudo feito pela Fundação João Pinheiro (2007/2008) mostra que, destas 22 milhões de pessoas, cerca de 39% vivem em situação de coabitação familiar, isto é, moram em favor na casa de parentes, onde ocupam algum pequeno cômodo. Outros 32% têm um ônus excessivo com o aluguel, e deixam de consumir o básico para a sobrevivência pelo peso que o aluguel representa na renda familiar. Há ainda uma parte que vive em casas absolutamente precárias e outros em cortiços. [...] O problema se completa com o chamado déficit habitacional qualitativo. Nesta condição, o número é maior que o anterior: são cerca de 53 milhões de pessoas, cerca de 1/3 dos brasileiros que sofrem com a falta de condições mínimas de moradia digna^{xxvii}.

É particularmente importante lembrar que aos primeiros dias de Junho de 2013 tiveram a presença de ativistas e movimentos sociais (como o MPL, o MTST, os Comitês da Copa) com críticas que orquestravam em torno do problema urbano e da vida difícil nas cidades. O MTST, em especial, notabilizou-se por permanecer nas ruas por todo o mês de Junho e, desde aquela época, realizar sérias denúncias ao que consideraram mecanismos dos três poderes^{xxviii} para ferir a liberdade de expressão e o direito à manifestação. Um estudo da *Artigo 19*^{xxix}, divulgado no ano seguinte, teria demonstrado que, já na primeira metade do mês de Junho de 2013, uma maior repressão por parte das forças de segurança pública teria gerado uma tolerância a prisões arbitrárias, impunidade a abusos por parte de agentes públicos (já que nenhum agente envolvido naquelas violações foi punido posteriormente), bem como um investimento pesado na aquisição de veículos blindados, aumento do uso de armamentos não-letais (como balas de borracha, bombas de efeito, gás lacrimogênio) e o uso da infiltração de membros nas forças Armadas (à “paisana”) como parte de um cenário de combate ao direito legítimo de expressão pública e protesto.

O que se evidenciava a partir do dia 14 de junho, com a proliferação de ativistas com pautas cada vez mais amplas, era um sintoma significativo do “espírito” das jornadas de 2013:

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

os atos convocados pelo Movimento Passe Livre, aparentemente corriqueiros e banais para o resto da sociedade, tornaram-se uma “janela de oportunidades políticas” capaz de inflamar demandas e insatisfações até certo ponto represadas e/ou invisibilizadas. Além de certa semelhança na forma de convocação e divulgação, os indignados com as tarifas, com o déficit habitacional e com a Copa apresentavam uma análise crítica comum a um modelo de desenvolvimento que apresentava melhorias insuficientes ou até mesmo piores em áreas urbanas, a despeito de uma melhoria crescente na renda do Brasil (a qual tinha atingido, em 2011, níveis *per capita* inéditos). Os direitos requeridos no campo social, entre os quais transporte e moradia, demonstravam que não bastava aumentar o consumo interno enquanto os espaços e recursos da cidade não fossem minimamente acessíveis a estas populações historicamente jogadas em regiões periféricas, sem terras, moradias dignas e mínimos serviços por parte do aparato estatal. Contrastava-se, portanto, o “milagre brasileiro” do início do século XXI, quando o país se orgulhou de ser um dos países de maior crescimento do mundo, a uma outra imagem da realidade social: postos de saúde precários, bairros tomados pela carestia e a escalada de valorização imobiliária; além de mal iluminação, transporte inacessível, mobilidade dificultada de usuários de ônibus e metrô e empregos informais e insalubres.

Um encadeamento de eventos se configurava, aos olhos atentos, como o que certos analistas caracterizaram como a mais significativa revolta popular na história do país. Em uma interpretação instigante, Wallace dos Santos de Moraes^{xxx} posteriormente avaliou que as mobilizações de junho de 2013, em perspectiva mais ampla, representaram a "contestação de todos os partidos políticos, do Estado, das casas supostamente representativas, da institucionalidade, das autoridades". Este período culminou em greves e protestos massivos nas ruas brasileiras, ultrapassando mesmo o marco histórico de 1989. Essa interpretação enaltece, sobretudo, o que seria a expressão de uma "luta popular", protagonizada pelos oprimidos e governados. Incontestavelmente, esse componente popular, com um proletariado precarizado desempenhando um papel proeminente nos primeiros dias, notadamente com orientações mais à esquerda, foi fundamental para a explosão ocorrida em 2013.

Na abertura da Copa das Confederações em 15 de junho de 2013, sonoras vaias soaram pelo Estádio Mané Garrincha, em terreno brasiliense, dirigidas à então presidente da República

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

Dilma Rousseff (PT). Os atos foram incessantemente destacados pela grande mídia. Não eram uma novidade. O presidente Lula fora vaiado nos Jogos Panamericanos, em 2007, por exemplo. Mas fora da arena dos eventos esportivos, os protestos cresciam por muitas cidades, em um espectro de demandas imensamente mais amplo do que o vivenciado no início do mês. Em Belo Horizonte, no dia 15, era possível observar slogans como: “Copa da Corrupção”; “Transporte BH”, “Passe Livre Já”; “Dilma, se fosse na década de 70 você estaria aqui”; “A polícia paulista agrediu todos os brasileiros”; “Enquanto a bola rola, verás que um filho teu não foge à luta”. As demandas anteriores, convocadas em torno das questões da tarifa, da habitação, da Copa e das críticas ao sistema e em torno dos direitos sociais, continuavam nas ruas, mas se somavam a um espectro de críticas à impopularidade do sistema político, à corrupção na malha do Estado e aos agentes políticos do país, além de direcionadas diretamente à figura da então chefe do governo brasileiro. É curioso o fato de que o aumento da tarifa nos transportes públicos na capital mineira havia acontecido ainda em 2012 – demonstra-se, assim, uma adesão de certa maneira tardia, de tal forma que os protestos contra o preço da tarifa em Belo Horizonte não eram respostas tão imediatas como as de São Paulo, onde os protestos aconteceram desde o dia de reajuste das tarifas. Evidenciando-se, do ponto de vista de uma psicologia social, o efeito “onda” das mobilizações populares, especialmente que compartilhadas as precárias situações decorrentes dos processos de urbanização vividos em várias cidades brasileiras.

Considerações finais

Chegou-se a 2013 em uma situação relativa de “esvaziamento” das ruas, outrora politizadas por subgrupos que agora estavam em contextos institucionais ou que abandonaram táticas de confronto. Esta foi uma transformação cultural e política importante. Governos e partidos de espectro enquadrado mais à esquerda no Brasil (e mais amplamente na América Latina) tiveram que lidar historicamente com golpes de Estado, práticas de criminalização e severa repressão/violência política, de tal forma que os sucessos eleitorais e governamentais do Partido dos Trabalhadores configuram um ineditismo importante na História do Brasil. Este novo contexto colocou estes grupos e militantes, anteriormente “eternos opositoristas”, como situação política dentro de coalizões e negociações no sistema político presidencialista.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

Os líderes dos movimentos iniciais do Movimento Passe Livre em Junho de 2013 desde o princípio adotaram abordagens que ecoavam elementos familiares da militância do passado. Eles promoviam a utopia da "reforma urbana" e abraçavam o amplo conceito do "direito à cidade". A luta contra o aumento das tarifas em São Paulo, que logo se estendeu a outras áreas do país, englobava uma crítica a um transporte público que dificultava o acesso das populações à cidade, especialmente aquelas vindas de áreas afastadas das regiões centralizadas. Essas demandas remontavam a lutas históricas, como as travadas por comunidades periféricas vulneráveis nas grandes cidades, as quais buscaram no passado a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), melhores serviços públicos e reformas urbanas. Especialmente durante a primeira quinzena do mês, muitas das mobilizações incorporaram demonstrações significativas de natureza anticapitalista e antissistêmica, demonstrando a *velha* crítica ao “grande capital” em diversas questões. Esses protestos evocaram demandas que há muito tempo eram emblemáticas em manifestações das décadas de 1970 e 1980. Eles reafirmaram a relevância da "função social da propriedade", princípio consagrado constitucionalmente e expressaram oposição às disparidades de oportunidades que se tornavam evidentes em cidades onde direitos sociais básicos não eram garantidos, com destaque os de habitação e transporte. Assim como ocorreu durante o período da abertura política, grupos populares organizados também denunciaram sequelas de ciclos de crescimento econômico que resultaram em hiperurbanização e na precarização dos serviços públicos.

A sensibilidade em relação à periferização das populações urbanas e à problemática da moradia ressoou em diversas manifestações ao longo de 2013, como ilustrado pela imagem acima. Em protestos do final de Junho, cartazes e palavras de ordem ecoavam a urgência de "moradia para a periferia" e destacavam que "a moradia é prioridade, enquanto a Copa nos retira a dignidade". Estudos de Raquel Rolnik^{XXXI} contribuem para esclarecer que, a partir do final dos anos 1970, arquitetos e urbanistas começaram a se envolver nas discussões sobre políticas urbanas em meio ao processo de redemocratização, em um cenário de precariedade extrema e de expansão de "periferias em formação", carentes de infraestrutura básica como água, luz, esgoto e calçamento. Tudo isto, deve-se lembrar, em um dos mais rápidos processos de urbanização mundiais até então, feito em grande parte no contexto autoritário marcado por uma

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

lógica tecnocrática e muito pouco redistributiva. A autora destaca que nesse período, marcado por intensa movimentação social e pelo surgimento de uma moderna sociedade civil, desenvolveu-se uma esperança impulsionada pela agenda da Reforma Urbana. Essa pauta, derrotada nos anos de chumbo, ressurgiu com vigor durante a redemocratização, impulsionada pelos movimentos de moradores de vilas e favelas, culminando no surgimento do Movimento pela Reforma Urbana.

No entanto, anos depois da consagração destes princípios em projetos como o Estatuto das Cidades, programas como o "Minha Casa Minha Vida", principal programa habitacional da gestão federal petista em especial a partir do segundo mandato de Lula, tiveram impacto significativo na construção de unidades habitacionais, mas poucos efeitos na redução das necessidades habitacionais. Ao contrário, estes programas aqueceram o mercado imobiliário, elevaram os preços dos aluguéis e inseriram vastas camadas sociais em áreas desurbanizadas, em terrenos de baixa qualidade, marcados pela lógica de guetificação e expansão periférica. Dessa forma, essas políticas sociais teriam pouco impacto no estrutural déficit habitacional brasileiro.

O lema "moradia para a periferia", pichado, pintado e sublinhado por manifestantes de várias cidades de Junho de 2013, identificados com as periferias de regiões como São Paulo e Recife, surgiu em uma situação marcada por ônus excessivo com aluguéis, falta de creches para crianças e comprometimento da renda familiar de classes baixas e médias com valores inflacionados e créditos hipotecários. Embora o crescimento econômico no Brasil durante os anos 2000 tenha elevado os salários e multiplicado oportunidades de emprego, resultou também no aumento dos preços imobiliários. Em um país historicamente marcado pela concentração fundiária e latifundiária consagrada com a Lei de Terras de 1850, seguida pela especulação imobiliária como chave da urbanização na segunda metade do século XX, tentativas de reforma agrária ou urbana para mitigar essas desigualdades de acesso foram frequentemente derrotadas ou golpeadas na arena política (bastando lembrar-se, por exemplo, de 1964). Isto ajudou a perpetuar um déficit habitacional persistente, o qual em alguns aspectos foi agravado após notáveis avanços econômicos. A denúncia das remoções devido à Copa do Mundo serviu como estopim para que estas demandas fossem levadas à esfera pública.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

Ao reivindicar, por meio desse confronto, uma política urbana alternativa, crítica à especulação imobiliária e ao alto custo de vida, os primeiros manifestantes de Junho de 2013 catalisaram uma onda de conflitos políticos, cujo ímpeto transbordante era incontrolável diante da multiplicidade de insatisfações e performances que o permeavam, e que incorporaram, entre outros, ideários à direita e conservadorismos morais. Esse transbordamento vivido em 2013, contudo, esteve intrinsecamente ligado a um antigo ideal de reforma urbana, na medida em que persistiam as condições que continuavam a marginalizar grande parte da população em termos de bem-estar nas cidades. Esta dimensão de 2013, fundamental para compreender um enigmático evento da vida política contemporânea, evidencia um ano recente de rebelião e confronto, diante do acirramento das contradições do crescimento urbano brasileiro vivido em muitas das suas cidades.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. A política das ruas. **Novos Estudos** (CEBRAP), v. Especial, p. 49-58, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Os Impasses da Democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 1. 153p.

_____. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 8, p. 383-398, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. 1a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, vol 29, p. 73–89.

MARICATO, Emilia. É a questão urbana, estúpido. **Le monde diplomatique**, São Paulo, p. 6 - 7, 01 ago. 2013.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Estado e lutas sociais no Brasil** (1989-2019). Porto Alegre: ODELA/UFRGS, 2019.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 11-48, 2009.

MORAES, Wallace dos Santos. **2013: Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre**. Rio de Janeiro: OTAL/UFRJ, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A obsessão anticomunista, uma ameaça à democracia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4 - 4, 30 nov. 2022.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Revista Plural**, v. 25, p 45-62, 2018.

ROLNIK, Raquel. Produzir Cidade. **Espaço Público Periódico**, v. 12, p. 90-97, 2018.

SINGER, André Vitor. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 97, p. 23-40, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade** (Impresso), v. 13, p. 13, 2014.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública** (UNICAMP), v. 25, p. 63-96, 2019.

TILLY, Charles. Invention, diffusion and transformation of social movement repertoire. In: **Identities, boundaries and social ties**. London: Paradigm. 2005.

_____. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.

Notas

^I Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Licenciado, bacharel e mestre em História. Professor do quadro do Magistério Estadual – SED/SC. Pesquisador interessado nas áreas de História Política e História do Tempo Presente. E-mail para contato: chrystianwilsonpereira@gmail.com

^{II} HARVEY, 2012, p. 74

^{III} CASTELLS, Manuel. Entrevista à Folha de São Paulo, 03 jun 2013, p. A14.

^{IV} MARIGATO, 2013.

^V CHAUI, 2013.

A QUESTÃO URBANA EM JUNHO DE 2013: “DIREITO À CIDADE” E CONFRONTO
POLÍTICO

PEREIRA, C. W.

- ^{VI} Pesquisa feita pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), órgão da ONU, mostrava que o Brasil possuía em 2013 a quarta maior população de nativos digitais – conceituados como jovens entre 15 a 24 anos com mais de cinco anos de uso da web. O país estava somente atrás de China, EUA, Índia e Japão. Informações em <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/10/brasil-possui-4-maior-populacao-de-nativos-digitais-do-mundo-diz-onu.html>>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{VII} Movimento Passe Livre São Paulo. Disponível em <<https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/protestos-na-mboi-mirim-no-primeiro-dia-do-aumento/>>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{VIII} Movimento Passe Livre São Paulo. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{IX} G1. Disponível em <https://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-interdita-avenidas-em-goiania.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^X O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-contr-a-reajuste-de-onibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>. Acesso em 02 de novembro de 2022
- ^{XI} (SAUER, 2008).
- ^{XII} Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130628_protestos_redes_personagens_cc. Acesso em 22 de novembro de 2023.
- ^{XIII} Entrevista dada por Fernando Haddad em 2015, disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{XIV} (NOBRE, 2013, p. 15).
- ^{XV} Rede Globo. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso em 02 de novembro de 2022.
- ^{XVI} EBC/Agência Brasil. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-13/haddad-diz-que-valor-da-passagem-de-onibus-de-sao-paulo-sera-mantido-apesar-dos-protestos>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{XVII} (MIGUEL, 2019, p. 78-79)
- ^{XVIII} (SINGER, 2015, p. 39)
- ^{XIX} (RIDENTI, 2018)
- ^{XX} G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/policia-militar-utiliza-violencia-para-reprimir-protesto-em-sao-paulo.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{XXI} Comitê Populares da Copa. Disponível em <https://comitepopulares.wordpress.com/2013/05/31/agenda-de-aco-es-para-junho-ato-copa-para-quem/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.
- ^{XXII} (FALCHETTI, 2022, p. 3).
- ^{XXIII} TANAKA, Giselle. Violações aos direitos humanos nas obras da Copa do Mundo. Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IEAheBRIAzg&t=59s>. Acesso em 10 de novembro de 2023.
- ^{XXIV} ROLNIK, 2004
- ^{XXV} (CHAUÍ, 2013)
- ^{XXVI} KOSELLECK, 2006
- ^{XXVII} (BOULOS, 2012, p. 12-15)
- ^{XXVIII} MTST Brasil. Consultar: <https://mtst.org/noticias/5-anos-das-jornadas-de-junho-o-legado-dos-protestos-de-2013-mais-repressao-vigilancia-e-vitimas-criminalizadas/>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.
- ^{XXIX} Ver estudo citado – Artigo 19: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/wp-content/uploads/2014/06/Protestos-no-Brasil-2013.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.
- ^{XXX} MORAES, 2018, p. 432-433
- ^{XXXI} ROLNIK, 2018